



**PEC da Polícia
Penitenciária tem apoio
do senador Wilder**

**Marconi lidera criação
do Mercado Comum do
Brasil Central**



CERRADO



Goiânia, SÁBADO, 5 de agosto de 2017

[f](#) [i](#) [t](#) /wildermorais



Gilberto Mendonça Teles, poeta

**EXISTE POESIA
REPRESENTATIVA
EM GOIÁS?**

CULTURA / POESIA

Grandes vozes da poesia goiana

SOLEDADE

JOSÉ GODOY GARCIA

Há certas ruas que me comovem.
Esta, por exemplo, onde passo uma vez por ano,
cujo nome é Soledade.

Nem rua é, é beco,
mas tem uma ar feliz,
de cão, de menino, de gente pobre.
Por isto gosto dela...

Duas são as coisas mais importantes
em Soledade:
as mocinhas namorando e os gatos
namorando,
tudo sem muito preconceito.

AVISO

GILBERTO MENDONÇA TELES

Haverá um instante
de ternura geral:

Todos os poetas terão
a mão direita paralisada

e as duas mil línguas do universo
se confundirão numa
torre
de silêncio.

OFÍCIO DE VIVER

AFONSO FÉLIX DE SOUZA

O mundo que encontrei já era isso.
O jeito foi bordá-lo
com palavras.

Palavras e palavras, esta a herança
que tive e vou deixando.
O jeito foi juntá-las
untá-las
soprá-las
dobrá-las a meu jeito.
Perdão ó mestres
vos dou a mão à palmatória
mas não sei ser outro, não sei
ser de outro jeito.

O mundo é isso
e o jeito é ir chutando e vou chutando
e vou driblando e vou sendo driblado
e vou caindo e vou me erguendo e vou
e vou gemendo
atrás da bola
e a bola atrás
e a bola à frente
e ao lado a bola
e do outro lado
e nas alturas

Mestres
meus mestres
qual o sentido
de tudo isso?

J. C. GUIMARÃES

Goiás é terra de alguns escritores de relevância, apesar da sensação – enganosa – de quase absoluta nulidade de nossas letras. Alcançamos já o estágio da narrativa chamada pós-moderna, graças à produção de Flávio Carneiro, André de Leones e Wesley Peres, lançados por editoras nacionais e cujo valor será ou não confirmado pelo tempo.

As histórias da literatura no Brasil mencionam, timidamente, os nomes de alguns prosadores indiscutíveis (Hugo de Carvalho Ramos, José J. Veiga e Bernardo Élis), mas costumam se esquecer dos nossos poetas, quando muito

apenas nominados. A única expoente do gênero que, à margem da crítica especializada mais exigente, alcançou certa repercussão e popularidade é Cora Coralina, sobrevalorizada por autoridades pouco lidas que se escoram em gentilezas de Drummond.

Mas, em regra, nossas autoridades entendem pouco da grande política e menos ainda de alta cultura, sobretudo de arte qualificada. Divorciados da leitura imaginativa, ignoram completamente escritores mais expressivos que não tinham ou têm, decerto, o respeitável carisma dos anciãos de cabelos brancos.

A poesia de Cora, se é

boa, não é seguramente a melhor que já se escreveu em Goiás, que contribuiu com dois de seus poetas para a última geração modernista no Brasil: a de 45.

Seria tolice ignorar Gilberto Mendonça Teles e Afonso Félix de Sousa, este provavelmente a mais importante contribuição da lírica goiana à lírica brasileira, festejado por nomes de peso como Sérgio Milliet, Valdemar Cavalcanti e Wilson Martins. Outro poeta que merece registro é José Godoy Garcia, que, com “Rio do sono” (1948), inseriu nossa cultura literária, de vez, embora com

enorme atraso, no curso sinuoso do modernismo literário.

Quem reconhece isto é o mesmo Gilberto Mendonça Teles (“A poesia em Goiás”), cultor da estética formalista e erudito notável, no momento o nome de maior prestígio nacional que saiu de nosso meio. Hábil manipulador do método estruturalista no Brasil, possui obra vasta e consolidada. Conseguiu, como poucos, o ideal de conciliar o artista e o crítico, numa só personalidade. É melhor ainda como ensaísta do que como vate: “A escituração da escrita” (1996) parece-nos sua mais no-

tável lição de consciência literária.

Livro e autor são emblemáticos e servem, nesse sentido, de modelo a todos aqueles que pensam seriamente a escrita como possibilidade de realização estética.

Toda a produção gilbertiana é um questionamento permanente sobre os processos imanentes da linguagem, em clara advertência de que o conhecimento do métier é mais seguro que a inspiração ingênua, típica das mentalidades prosaicas.

Excerto do ensaio “Horrores e humores de Piambaia”, do livro “Uma idade para ser eterno”, de J. C. Guimarães

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Marconi comanda proposta de criação do Mercado Comum do Brasil Central

GABINETE DE IMPRENSA DO GOVERNADOR DE GOIÁS



O Mercado Comum do Brasil Central, que há dois anos vem sendo discutido no âmbito do Fórum de Governadores do Brasil Central, está muito perto de ser consolidado. Os trâmites finais, antes que as Assembleias Legislativas autorizem os governadores a firmarem o pacto, foram debatidos e finalizados durante reunião da Comissão Temática de Economia do Fórum de Governadores que foi realizada ontem e hoje em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul.

De acordo com o governador Marconi Perillo, presidente do Fórum de Governadores do Brasil Central, o projeto passa por um trabalho de unificação de alíquotas, em fase de finalização. Implantado, o mercado comum terá uma fase de transição para que haja unicidade de alíquotas.

Ficou definida, durante o café da manhã dos governadores, a proposta a ser

fechada na reunião de Porto Velho (RO) que ocorrerá em outubro. “Até o dia 30 de setembro, será formado o projeto final da proposta para que os estados possam encaminhá-lo às assembleias legislativas. Na ocasião, serão definidos os prazos que os estados terão para unificar as alíquotas de produtos, bens e serviços”, salientou Marconi.

“Nossa preocupação é que os estados não percam as suas receitas. Por isso, faremos essa unificação com um gatilho”, complementou o governador do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja.

Na lista dos produtos que terão alíquotas diferenciadas dentro do Mercado Comum constam carnes, cigarros, joias, cosméticos, perfumaria, energia, cerveja, refrigerante, comunicação, etanol, gasolina, diesel, dentre outros. “A grande maioria dos produtos será unificada de imediato porque

não existem muitas diferenças de alíquota”, salientou Azambuja.

Ação semelhante, só que com medicamentos, está na pauta central das discussões do Fórum. A Câmara Técnica de Saúde, coordenada pelo secretário de Saúde de Goiás, Leonardo Vilela, está fechando uma proposta de compra compartilhada de medicamentos de alto custo para todos os estados. Por sua liderança no ranking nacional de produção de medicamentos e em decorrência das avançadas práticas de negociação, o estado de Goiás irá tomar frente na elaboração das atas de registro de preços que serão adotadas pelos demais estados.

“Vamos comprar em escala, deixaremos de comprar de distribuidores para comprar diretamente da indústria, o que fará com que o nosso custo seja diminuído, além de ganharmos na distribuição desses medicamentos”, comentou o go-

vernador do Mato Grosso, Pedro Taques.

Leonardo Vilela lembrou que os sete estados integrantes do Consórcio gastam anualmente em torno de R\$ 500 milhões com medicamentos de alto custo. “Nós vamos aproveitar o poder de negociação de Goiás para comprar com economia para os estados”.

Na reunião preliminar à assembleia dos governadores, os secretários definiram a formação de uma comissão técnica. No decorrer da próxima semana, já começarão a ser definidos alguns medicamentos de alto custo para que seja formalizada uma ata conjunta.

O secretário destacou que 80% dos medicamentos de alto custo são ligados a tratamentos oncológicos. “Sem dúvida são os medicamentos que lideram as listas de todos os estados”, salientou.

O ressarcimento dos estados por perdas decor-

rentes da aplicação da Lei Kandir, que regulamentou a aplicação do ICMS das exportações, também foi debatida pelos governadores.

A Lei, criada pelo então ministro do Planejamento Antonio Kandir prevê a isenção do pagamento de ICMS sobre as exportações de produtos primários e semielaborados ou serviços. Por esse motivo, a lei sempre provocou polêmica entre os governadores de estados exportadores, que alegam perda de arrecadação devido à isenção do imposto nesses produtos. Só o Mato Grosso, segundo o governador Pedro Taques, têm um crédito consolidado com a União de R\$ 20 bilhões.

Até 2003, a Lei Kandir garantiu aos estados o repasse de valores a título de compensação pelas perdas decorrentes da isenção de ICMS, mas, a partir de 2004, a Lei Complementar 115 – uma das que alteraram essa legislação –, embora mantendo o direito de repasse, deixou de fixar o valor. Com isso, os governadores precisam negociar a cada ano com o Executivo o montante a ser repassado, mediante recursos alocados no orçamento geral da União.

Agora, o STF julgou pertinente a reivindicação dos estados de serem ressarcidos pela renúncia fiscal que fizeram ao longo dos anos dentro da Lei Kandir. “Vamos ter uma agenda legislativa forte para que, daqui pra frente, tenhamos regras claras para o ressarcimento aos estados”, informou o governador Reinaldo Azambuja.

No dia 14 de junho passado, sob a liderança do governador Marconi Perillo, os governadores reuniram-se em jantar com o presidente Temer, no palácio da Alvorada, ocasião em que ficou acertado que a União iria autorizar a renegociação, em duas etapas, de R\$ 50,46 bilhões que os estados têm com o BNDES.

SEGURANÇA

Senador Wilder Moraes apoia PEC que cria a Polícia Penitenciária

JOÃO CARVALHO

O senador Wilder Moraes (PP) apoia a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê a criação das polícias penitenciárias como órgãos de segurança pública nos âmbitos federal, estadual e distrital. A PEC está em tramitação no Senado com a assinatura de apoio de vários senadores.

A aprovação dessa PEC confere aos agentes penitenciários de todo País os direitos inerentes à carreira policial, além de liberar os policiais civis e militares das atividades de guarda e escolta de presos.

“A criação da carreira do agente penitenciário é um reforço para melhorar as condições de segurança nos presídios de todo País”, afirma o senador Wilder, preocupado com as precárias condições na segurança que é feita na maioria

dos centros de detenção espalhados no País.

Segundo Wilder, os agentes penitenciários prestam serviços públicos essenciais de custódia e vigilância de presos. Sua atividade também preserva a ordem pública e a incolumidade das pessoas. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, a profissão de agente penitenciário é a segunda mais perigosa do mundo, depois dos mineradores.

Ademais, o Brasil está em quarto lugar no ranking de nações com maior número de presos, atrás apenas dos Estados Unidos, China e Rússia. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, havia, em 2014, cerca de 608 mil presos no Brasil, sendo 580 mil no sistema penitenciário e 28 mil sob custódia das polícias. Estima-se, no entanto, que haja somente

65 mil agentes penitenciários no País.

“Apesar de todos esses indicadores, ainda não temos uma polícia penitenciária, com direitos iguais aos conferidos às demais forças policiais. Essa PEC vem para corrigir essa enorme distorção, dando ao agente uma segurança legal para ele poder exercer com dignidade a sua profissão”, destacou Wilder.

O senador Wilder Moraes também afirma que essa pauta é uma antiga demanda da categoria dos agentes que trabalham na segurança dos presídios. Com a PEC, os estados e o governo Federal terão que realizar concursos públicos para contratação desse pessoal. “A aprovação dessa medida beneficia milhares de pessoas, sem contar que dará condições de melhorar o trabalho de segurança nos presídios”, disse Wilder.



RECURSOS HÍDRICOS

Má distribuição da água preocupa Wilder



PORTAL INFONET

WANDELL SEIXAS

O senador Wilder Moraes, presidente estadual do PP, originário de um Estado agropecuário por excelência, demonstra preocupação com a frequente escassez de água no Brasil. E, justamente, num país que detém quase a quinta parte das reservas de água do mundo. Os recursos hídricos brasileiros estão divididos de forma geográfica e a de-gradação nas bacias. Essas condições provocam mudanças climáticas e má gestão na infraestrutura do abastecimento, segundo se depreende dos estudos do Banco Mundial. Conforme o Diagnóstico Sistemático do País, os setores que mais contribuem com o

processo econômico são os mais dependentes de água.

Observa a título de exemplo que 62% da energia é gerada por usinas hidrelétricas. E a água é também essencial para a agricultura, outro setor importante para a economia nacional, conforme expõe o senador goiano. Conforme a Agência Nacional de Águas, a agricultura consome 72% de água no País. Este tipo de dependência significa que em tempos de escassez a produtividade dos diferentes setores econômicos pode ficar ameaçada. O Banco Mundial lembra a propósito a experiência sofrida em São Paulo nos dois últimos anos.

Em São Paulo, por alguns meses em 2016, “não ficou

claro se as indústrias, como a de alumínio, grande consumidora de água, poderiam continuar produzindo no ritmo anterior à crise hídrica”, lembra Gregor Wolf, líder do programa de desenvolvimento sustentável do Banco Mundial no Brasil. O Nordeste está sete anos sem chover no interior, afetando a vida do sertanejo. Houve chuva abundante este ano apenas no litoral. No sertão, suas lavouras se perdem e o rebanho define cada dia mais, havendo menor produção de leite e constante morte de animais. Em Goiás, a Federação da Agricultura e Pecuária (Faeg) registrou perdas de grande parte da safra de milho em função do estio prolongado.